

MULHERES, RAÇA E CLASSE

Naylane Araújo Matos – naylaneam@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Licenciada em Letras – Língua Inglesa, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Amália Catharina Santos Cruz – amalia.cruz@yahoo.com.br

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professora no curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/DCH IV).

RESUMO: Esta resenha apresenta a obra da escritora e militante estadunidense Angela Davis *Mulheres, raça e classe* (2016), a qual, como indica o próprio título, intersecciona mulheres, raça e classe, aprofundando discussões como: condição da mulher no período da escravidão; ligação entre a luta feminista e movimento antiescravagista; racismo e sexismo; direito das mulheres e questões de raça em uma sociedade de classes; a influência das mulheres na esquerda marxista; estupro e racismo; direitos reprodutivos e; a questão do trabalho doméstico na perspectiva de classe. Pautada no pensamento marxista, a autora aborda as três categorias (mulheres, raça e classe) sem hierarquizar os modos de opressão e defende que as lutas pelos direitos das mulheres e antirracistas devem vislumbrar o fim do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Angela Davis; Mulheres; Raça; Classe.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

Trinta e cinco anos após a publicação original (1981), em 2016, é publicada no Brasil, pela editora Boitempo, a tradução *Mulheres, raça e classe*, por Heci Regina Candiani, da obra da escritora Angela Davis. Não ironicamente, essa obra passa a circular no Brasil num cenário de Golpe jurídico-parlamentar-midiático, em que um crescente conservadorismo estimula cada vez mais a violência em diversos segmentos sociais. O atual contexto brasileiro, por si, justifica a importância da circulação da obra da escritora e ativista estadunidense Angela Yvonne Davis. Uma mulher que, como aponta Djamilia Ribeiro (2016, p. 11), no prefácio da edição brasileira, nos inspira “a pensar além e a sair do lugar-comum”, com o potencial revolucionário do seu pensamento e militância.

Cabe situarmos que o contexto de vida e militância da autora favorece a construção de uma obra marcada por elementos políticos. Em 1970, a então militante dos Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos foi presa, acusada de conspiração, sequestro e homicídio de um juiz responsável por um julgamento de três ativistas negros. A campanha “Libertem Angela Davis” chamou atenção do mundo para a luta pelos direitos civis nos EUA e resultou no documentário (de mesmo nome) que conta a sua história. Após julgamento, que durou dezoito meses, Davis foi

solta e inocentada de todas as acusações, mas foi impedida de lecionar na Universidade da Califórnia por conta da sua ligação com o Partido Comunista, pelo qual foi candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984.

É nesse sentido que *Mulheres, raça e classe*, nas palavras de Djamila Ribeiro (2016, p. 12), “alia academia e militância, recusando uma suposta neutralidade epistemológica”. Como evidência o próprio título, a obra intersecciona mulheres, raça e classe em duzentas e quarenta e quatro páginas que se dividem em treze capítulos, iniciando pela reflexão da condição da mulher no período da escravidão, passando pela ligação entre a luta feminista e o movimento antiescravagista, racismo e sexismo, direito das mulheres e questões de raça em uma sociedade de classes, a influência das mulheres na esquerda marxista, estupro e racismo, direitos reprodutivos e a questão do trabalho doméstico na perspectiva de classe.

Em meio ao forte debate nos anos de 1970, nos Estados Unidos, sobre a questão da escravidão, Davis chama atenção para a ausência de obras que se dediquem à questão das mulheres escravas, uma vez que estas sofriam opressão idêntica aos homens escravos no que dizia respeito à força de trabalho, mas, para além disso:

As mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Portanto, além de sofrerem com a lógica da produção escravista sob a ameaça do açoite, as mulheres negras eram instrumentos para garantir a força de trabalho escrava, sendo frequentemente vítimas de estupro.

A autora aponta a questão do estupro como um dos sintomas mais evidentes do racismo. Nos Estados Unidos, assim como em outros países capitalistas, as leis contra o estupro foram/são elaboradas para proteger esposas e filhas dos homens de classes mais altas. Desse modo, os casos de estupro de mulheres negras e mulheres trabalhadoras são ocultados ou, como vemos atualmente no Brasil, via de regra, banalizados e com ‘culpabilização’ das vítimas. A questão do estupro e do mito do estuprador negro, como coloca Davis, carece de uma análise histórica do racismo. O homem branco, especialmente aquele detentor de poder econômico, sempre se sentiu no direito de acesso ao corpo das mulheres, ainda mais das negras. O abuso sexual, tão praticado na escravidão – como uma forma cruel de dominação econômica –, sobreviveu à abolição da

escravatura e se tornou uma arma política de organizações terroristas do período posterior à Guerra Civil.

Esse mesmo racismo que ignora estupro, colocando a vítima negra como promíscua, cria a imagem fictícia do homem negro como esturador. A ocultação de crimes sexuais cometidos por homens brancos da classe dominante reforça esse mito, uma vez que os índices não apresentam dados de estupros cometidos por tais homens e muitos casos permanecem no anonimato. Ademais, o uso de acusação de estupros serviu como pretexto e justificativa para os linchamentos de homens negros que ocorriam desenfreadamente no período pós Guerra Civil. Por isso, Davis (2016, p. 188) aponta que “o mito do esturador negro era uma invenção obviamente política”.

Os linchamentos também eram impulsionados por questões econômicas. Sofrendo ataques violentos e estando sob terror, a população negra continuava a ser o grupo mais vulnerável e explorado da classe trabalhadora e, portanto, os capitalistas poderiam ter cada vez mais lucros com a força de trabalho negra. Os negros que conseguiam se sobressair economicamente, também sofriam com os linchamentos e até assassinatos por ameaçarem a economia de pessoas brancas.

Assim, a maioria dos capítulos do livro relaciona as lutas das mulheres com as lutas do povo negro. As mulheres brancas de classe média colaboraram enormemente com as diversas lutas contra formas de opressão, contudo, não puderam compreender, na totalidade, as especificidades e complexidades da situação das mulheres negras e trabalhadoras. Por isso, Davis chama atenção para a importância de uma análise histórica das especificidades de opressões femininas para estabelecer parâmetros para uma nova condição da mulher.

Ao longo dos anos de 1830, as mulheres brancas do Norte, tanto as donas de casa de classe média quanto as operárias, embora nominalmente livres, começaram a associar suas opressões à escravidão e, por isso, se engajaram no movimento abolicionista. Nessa conjuntura, as mulheres brancas de classe média também estavam engajadas na luta no que concerne às questões que não estavam ligadas aos seus papéis de esposas e mães. Ao se oporem à escravidão, puderam protestar contra sua própria exclusão na arena política e reconhecer o caráter dialético da relação entre as lutas pela libertação negra e feminina.

Em 1850, o discurso “Não sou eu uma mulher?” de Sojourner Truth, na Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, simbolizou a solidariedade das mulheres negras com a causa feminista e lançou por terra o argumento masculino a respeito do “sexo frágil”. A Guerra Civil mostrou a urgente necessidade de uma união das causas feministas e negras ante ao racismo – de Norte a Sul –, a supremacia masculina e aos ataques da classe dominante. A recém-conquistada “liberdade negra”, após a Guerra Civil, se contradizia nas “dores da privação econômica [...] e

violência terrorista de gangues racistas, cuja intensidade não se comparava nem mesmo à da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 85).

Observamos que as primeiras organizações marxistas da história dos Estados Unidos, no final do século XIX, eram predominantemente masculinas, mas com a criação do Partido Socialista, em 1900, a configuração começou a mudar e a esquerda marxista sentiu a forte influência de suas integrantes do sexo feminino, que lutaram pelo sufrágio igualitário. O Partido Comunista, fundado em 1919, contou com a liderança de muitas mulheres associadas à esquerda do Partido Socialista. Embora o Partido Comunista, inicialmente, tenha sido negligente em relação às reivindicações das mulheres negras na indústria, “comunistas acabaram por reconhecer a centralidade do racismo na sociedade dos Estados Unidos” (DAVIS, 2016, p. 157) e se engajaram na luta antirracista.

No que concerne à presença da mulher na luta pelos direitos civis, Davis chama atenção para o segregacionismo da campanha pelos direitos das mulheres, retomando fatos e ações históricas em que as mulheres brancas de classe média ignoravam totalmente a situação e realidade das mulheres brancas trabalhadoras e das mulheres negras. Nessa discussão, a autora reflete sobre a falta de sororidade das mulheres brancas para com suas irmãs negras, evidenciando seu papel ativo como opressoras, inclusive na luta pelo voto feminino, no qual, estrategicamente, para atrair mulheres brancas do Sul dos Estados Unidos, o movimento sufragista suprimiu a luta pelos direitos das pessoas negras, secundarizando os problemas que a população negra sofria em função do crescente racismo nos anos de 1890, em que os linchamentos e assassinatos eram permitidos legalmente em estados do Sul.

Os argumentos em favor do voto feminino apresentavam resoluções racistas e classistas que queriam atribuir o direito de voto às mulheres brancas de classe média e da burguesia, subjugando “os três principais elementos da classe trabalhadora nos Estados Unidos: a população negra, os imigrantes e a mão de obra branca nacional sem instrução” (DAVIS, 2016, p. 122). A conivência da associação sufragista com a ideologia dominante em função de interesses próprios, tornou-a “uma força política potencialmente reacionária que atenderia às necessidades da supremacia branca” (DAVIS, 2016, p. 125). Nessa perspectiva, a autora também analisa os cunhos racista e classista nas reflexões e reivindicações das mulheres brancas quanto aos direitos reprodutivos, aborto e controle da natalidade.

A consciência das mulheres em relação aos seus direitos reprodutivos nasceu no interior do movimento organizado em defesa das igualdades políticas das mulheres, pois, em função da maternidade, elas estavam impossibilitadas de exercerem os direitos políticos que viriam a conquistar, além da privação de desenvolvimento de uma carreira profissional. Nesse contexto, o slogan “maternidade voluntária” proponha uma nova visão da condição da mulher, contudo, da

mulher burguesa e de classe média. Para as mulheres negras e minorias étnicas, restava a prática abusiva da esterilização como uma política de Governo inegavelmente racista.

Destarte, a ausência das mulheres negras e trabalhadoras no movimento de controle da natalidade e direitos reprodutivos também requer análise histórica, como a autora salienta, uma vez que essas lutas, como tantas outras do movimento feminista, se basearam em premissas racistas e não se preocuparam verdadeiramente com as necessidades das mulheres trabalhadoras. Não muito diferente da realidade brasileira, em Nova York, 80% das mortes causadas por abortos envolvem mulheres negras e porto-riquenhas. Davis argumenta que quando mulheres negras e latinas recorrem a abortos, elas não esperam se livrar da gravidez, mas da dor de trazer ao mundo uma criança em situações miseráveis.

Nesse sentido, Davis também recorre à análise sobre a escravidão para pensar como os abortos auto induzidos e infanticídios eram recorrentes em função do desespero em que se encontravam as escravas por gerar e criar filhos e filhas nas condições opressoras e brutais que viviam. Ainda hoje, embora distantes do contexto da escravidão, a falta de subsídios e estrutura social fazem com que muitas mulheres recorram ao aborto. No Brasil, sendo essa uma prática ilegal, as mulheres que não têm condições financeiras para pagar um procedimento adequado, no geral mulheres negras, estão fadadas a viver experiências traumáticas em função do aborto e até a morrerem.

Diante dos problemas historicamente enfrentados pelas mulheres negras é que se questiona o significado de emancipação feminina. Mesmo com a “libertação”, as mulheres negras se viram em estado indefinido de servidão por dívidas aos senhores e tiveram de enfrentar duros trabalhos no campo e/ou executar serviços domésticos, dos quais as mulheres brancas do Sul se recusavam a realizar. Ademais, “desde a Reconstrução até o presente, as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideraram o abuso sexual cometido pelo ‘homem da casa’ como um dos maiores riscos de sua profissão” (DAVIS, 2016, p. 99).

Para Davis, a chegada do século XX marcou a sólida união entre racismo e sexismo de um novo modo. De um lado a supremacia branca insistia em reforçar a superioridade da raça anglo-saxã, do outro, não antagonicamente, a supremacia masculina propagava ideias que denotavam a inferioridade feminina. As mulheres brancas, sendo apenas instrumentos de reprodução, foram responsabilizadas pela manutenção da “raça humana”, ou melhor dizendo, da “raça anglo-saxã”. Assim, racismo e sexismo se fortaleciam mutuamente, frente à estrutura de classes do capitalismo que:

encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos de exploração sexual. A presente epidemia de estupros ocorre em um momento em que a classe capitalista está furiosamente reafirmando sua autoridade em face de desafios globais e nacionais. Tanto o racismo quanto o sexismo, centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica, têm recebido um encorajamento sem precedentes. [...] A proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação generalizada do sexismo, que necessariamente acompanha essa agressão econômica (DAVIS, 2016, p. 202).

A partir da análise da obra, tentamos entender como os elementos apontados por Angela Davis se relacionam. De um lado, o (des)governo Temer com suas medidas que usurpam diretamente os direitos dos trabalhadores, como a famigerada Reforma Trabalhista, na qual as mulheres são as principais atingidas; até os altos índices de estupro no país, assim como a banalização desse crime nas redes de comunicação; ainda, os ataques ao movimento negro dentro de instituições acadêmicas como a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; dentre outras expressões conservadoras que emergem com a crise do capitalismo.

Pautada no pensamento marxista, Angela Davis aborda as questões das mulheres, de raça e de classe sem hierarquizar os modos de opressão. Contudo, defende que o racismo e a desigualdade de gênero “constituem uma das facetas de uma profunda e contínua crise do capitalismo”, ou seja, fazem parte do processo de expropriação da classe trabalhadora e que as lutas pelos direitos das mulheres e antirracistas devem ter em vista “a derrota definitiva do capitalismo monopolista”.

Title

Women, race and class

Abstract

This review presents the work of the American writer and militant Angela Davis *Women, race and class* (2016 – Brazilian translation). As the title points out, the work intersects women, race and class, developing discussions such as: women condition in the slavery period; link between feminist struggle and anti-slavery movement; racism and sexism; women rights and questions of race in a society of class; rape and racism; reproductive rights and; the question of domestic chore in a class perspective. Based on Marxist thought, the author approaches the three axis (women, race and class) without hierarchizing the ways of oppression and defending that the women rights and anti-slavery struggles should aim the end of the capitalism.

Keywords

Angela Davis; Women; Race; Class.

Recebido em: 26/05/2018.

Aceito em: 19/06/2018.